

Congresso desconfia de Collor

Tarcísio Holanda

O presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, identificava certas semelhanças na conjuntura atual com a de 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe instituindo a ditadura do Estado Novo com a solidariedade e o apoio das Forças Armadas. Diante da incredulidade de alguns jornalistas, o líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia, indagou se as Forças Armadas não seriam obrigadas a intervir caso se instaurasse quadro de anarquia social no País.

A instabilidade econômica gera incertezas e insegurança nos campos político e social. A perspectiva de se conviver com uma inflação mensal de 20 por cento, a partir de outubro, provoca apreensões e justifica todo tipo de conjectura e especulação. Afinal de contas, constata-se que, depois de ano e meio de mandato, o Presidente depara-se com a situação que encontrou quando assumiu.

O Governo fracassou em sua tentativa de acertar com um só tiro o tigre da inflação. Ele está aí, cada vez mais lépido e forte. Collor já nem parece o fogoso Presidente que tomava posse orgulhoso com os 35 milhões de votos que o consagraram na disputa com Lula. Emagreceu uns 15 quilos, seu rosto está encovado e, dos cabelos, antes escuros, começam a brotar mechas brancas.

Sua popularidade caiu verticalmente. A pesquisa publicada domingo pela Folha de São Paulo é muito reveladora. A credibilidade do Governo também caiu a níveis assustadores. No início ainda de seu Governo, Fernando Collor experimenta os mesmos sinais de decrepitude com os quais convivia, ao final de seu mandato, o ex-presidente José Sarney. Alguns governistas não disfarçam o receio de

que o Governo venha a enfrentar manifestações concretas de desobediência civil, que costumam preceder o quadro de anarquia social.

O Presidente e seus principais porta-vozes no Congresso negam a existência de crise. Sustentam que é grave a situação do Brasil por conta da falência do Estado e da falta de atrações aos investimentos, principalmente estrangeiros. O dilema posto por Collor e seus líderes, diante do Congresso, é promover as alterações que julgam oportunas na Constituição ou mergulhar o País no caos.

O Governo sabe que é impossível aprovar qualquer modificação no texto constitucional sem conseguir acordo com os seus opositores, hoje praticamente em maioria, tanto na Câmara quanto no Senado. O quorum para emendar a Constituição é de três quintos em dois turnos de votação. Para a maioria das lideranças mais expressivas, Collor quer eleger o Congresso como bode expiatório da crise nacional.

O Congresso se recusará a aprovar muitas de suas propostas de emendas constitucionais, dando-lhe motivo para comparecer diante de uma cadeia nacional de rádio e televisão a fim de declarar que o Legislativo lhe nega os instrumentos indispensáveis à governabilidade. Estarão aí os ingredientes de crise institucional que alimentam os temores do presidente na Câmara dos Deputados e de muitos líderes de expressão política no Congresso.

Fica difícil é imaginar que um Presidente impopular, que não conta com a confiança dos empresários e dos militares, nem com o apoio de qualquer segmento social importante, tenha condições de dar o chamado golpe de mão.